

A superposição de escalas na rede urbano-regional de Juiz de Fora, MG: montagem metodológica.

The scales superposition in the network urban-regional of Juiz de Fora, MG: montage methodology

Sabrina Ferretti do Amaral* e Maria de Lourdes Pinto Machado Costa**

Resumo

As reflexões contidas neste trabalho perpassam as atuais relações que se estabelecem nas cidades médias brasileiras e em seus espaços urbanos e regionais, em especial aquelas firmadas em Juiz de Fora, MG. O objetivo é elucidar as questões de método, necessárias a dar suporte à tese de doutorado em desenvolvimento, e que aborda os movimentos de centralização e descentralização (de população, comércio, serviços e comunicações) nas últimas décadas, tendo em vista o papel polarizador do município no espaço regional. Para tanto, adota as seguintes etapas metodológicas: (1) Avaliação do estado da arte no âmbito da dinâmica urbano-regional; (2) Estabelecimento de comparações entre a forma de materialização entre momentos vividos pelo espaço regional de Juiz de Fora; (3) Proposta metodológica, que orienta a investigação em pauta, referente ao recorte espacial indicado. Assim, este artigo significa uma das possibilidades para se contemplar os registros ocorridos naqueles contextos e temporalidades, ressaltando a nova configuração regional de Juiz de Fora e a dinâmica de sua rede de influências.

Palavras-chave: Centralização-Descentralização. Área de influência das cidades. Cidades médias brasileiras.

Abstract

The reflections in this paper permeate the current relations established in medium Brazilian cities and their urban and regional areas, especially those signed in Juiz de Fora, MG. The goal is to elucidate the questions of method, necessary to support the doctorate thesis in development, and that covers the movements of centralization and decentralization (population, commercial, services and communications) in recent decades, in view of the polarizing role city in the regional space. Therefore, adopts the following methodological steps: (1) state of the art evaluation within the urban-regional dynamics; (2) Establishment of comparisons among the way of materialization of moments experienced by the regional space of Juiz de Fora; (3) Methodological proposal, which guides research in question, referring to the spatial area indicated. So, this article means one of the possibilities to behold the records occurred in those contexts and temporalities, highlighting the new regional configuration of Juiz de Fora and the dynamics of its network of influences.

Keywords: Centralization-Decentralization. Area of influence of the cities. Medium Brazilian cities.

*Arquiteta e Urbanista (2005) pela UFJF. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo com área de concentração em Planejamento e Gestão do Espaço Urbano pelo PPGAU/UFF. Professora Efetiva do Curso Técnico em Design de Móveis do IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora.

**Doutora (1998) e Pós-dou-

tora (2009) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora e Pesquisadora dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da EAU/Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Transformação, intervenção e gestão do território do PPGAU/UFF.

A superposição de escalas na rede urbano-regional de Juiz de Fora, MG: montagem metodológica.

O estado da arte

O século XX marcou a passagem de um tipo de urbanização – concentrada – para outro – de urbanização dispersa – em que, para Reis (2006), apresenta-se como característica, não apenas a multiplicação do número de configurações urbanas e de seu aumento populacional mas, sobretudo, a difusão de uma modernização capitalista de valores, símbolos e comportamentos, isto é, com a generalização de um modo de vida urbano, conforme Lefebvre (1999).

Ainda para o autor, o período atual, de virtual constituição de uma sociedade completamente urbana, não significa o fim da cidade compacta (forma) e da urbanização concentrada (processo). Ao contrário, sua permanência diz respeito a uma característica

dialética da relação sociedade-espço, que engendra novos processos e formas, enquanto os processos e formas antigos não deixam de existir.

No Brasil, uma das características mais marcantes do recente processo de urbanização é a mudança das tradicionais tendências de concentração, da população e dos agentes econômicos, nas metrópoles do país. Com isso, a estruturação espacial vem passando por mudanças significativas nas últimas décadas, denotando uma relativa redução da tendência à concentração nos grandes centros urbanos, conforme defendido por Taschner (1992). Ao mesmo tempo, os municípios de médio e pequeno porte vêm crescendo demograficamente, comprovando, segundo esta autora, o movimento de “periferização” que já vem se esboçando desde a década de 1980.

O que tem sido observado, principalmente através das informações obtidas nos últimos

recenseamentos realizados pelo IBGE, é que as grandes capitais do país crescem num ritmo bem mais lento, apresentando taxas anuais de crescimento demográfico muito abaixo do que historicamente vinha sendo observado. De outro lado, principalmente, mas não exclusivamente, no Sul e Sudeste do Brasil, são as cidades “médias”, pólos regionais, que vêm apresentando os maiores índices de crescimento e, conseqüentemente, a maior concentração econômica e demográfica. No suprimento dessa situação de crescimento das “cidades-pólo” regionais, encontram-se, quase que invariavelmente, as pequenas cidades de sua própria microrregião, área de influência mais direta e imediata. (Machado, 2007, p.01)

Neste sentido, o atual contexto tem feito com que as cidades médias constituam uma estreita ligação entre o local e o global, passando a comandar aspectos técnicos da produção regional, enquanto os aspectos políticos permanecem sendo assumidos pelas metrópoles que, direta ou indiretamente, conduzem o mercado global (Moura, 2011).

Para o entendimento desta realidade, torna-se fundamental a consideração de fatos, ações e processos que marcaram o passado. Na visão de Rodrigues (2013), análises relacionadas à história auxiliam em uma melhor contextualização da atual configuração da estrutura econômica e demográfica, local e regional, e na melhor compreensão de determinados pressupostos que

embasaram algumas políticas públicas. O que, de modo algum, significa apenas explicar o presente pelo passado, mas sim como este colaborou para nossas reflexões acerca do real.

Ademais, para se compreender os papéis assumidos pelas cidades, principalmente pelas cidades médias, no contexto da dinâmica econômica atual da globalização, com seus tentáculos, faz-se extremamente relevante o entendimento das relações entre os espaços urbano e regional.

Assim, as reflexões contidas neste trabalho passam as atuais relações que se estabelecem nas cidades médias brasileiras e em seus espaços urbanos e regionais, em especial aquelas firmadas em Juiz de Fora, MG. O exemplo deste município e sua região de influência fornece um retrato bastante fiel dessa nova realidade do processo de urbanização por que passa o país.

O espaço urbano-regional de Juiz de Fora em dois momentos

Antes de 1990

Situada na região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, Juiz de Fora tem uma extensão territorial de 1.436km². Destes, aproximadamente 726km² pertencem ao distrito sede (www.pjf.mg.gov.br. Acesso em 2011). A cidade também conta com outros três distritos: Torreões, Rosário de Minas e Sarandira, contabilizando em 2014,

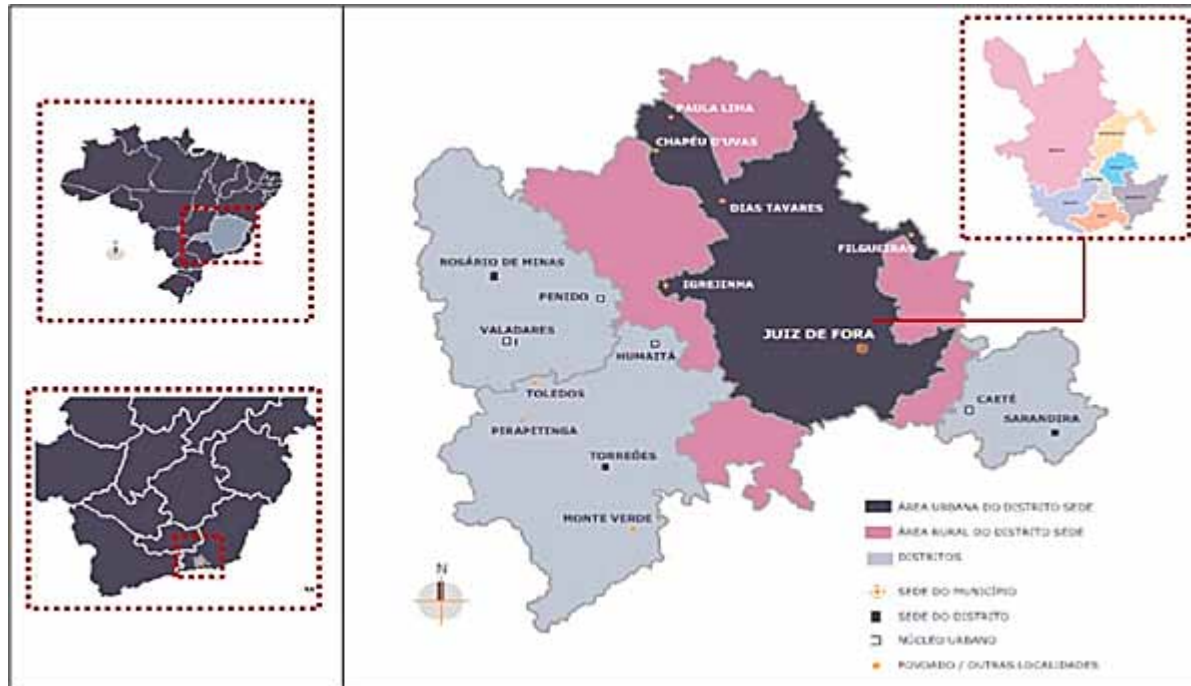


Figura 1. Localização do Estado de Minas Gerais, de Juiz de Fora e de suas Regiões Administrativas. Fonte: Atlas Social de Juiz de Fora. Arte Final: Amaral, 2012.

segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população estimada de 550.710 habitantes (Figura 1).

O município se desenvolveu em decorrência de sua posição geográfica privilegiada, no caminho entre as minas de ouro e de pedras preciosas do interior de Minas Gerais e o porto da cidade do Rio de Janeiro.

São muitos os caminhos que fazem a história da cidade. O primeiro, o Caminho Novo, foi aberto em 1702, com o objetivo de facilitar o transporte do ouro e pedras preciosas da então capital de Minas Gerais, Vila Rica (hoje Ouro Preto) para o porto da cidade do Rio de Janeiro.

Em pouco tempo, nas margens da nova estrada, surgiram ranchos, hospedarias, postos de fiscalização e igrejas. E em torno destes, criaram-se pequenos núcleos de povoamento que, na Zona da Mata mineira, deram origem a cidades como Borda do Campo (Barbacena), João Gomes (Santos Dumont) e Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora).

Entre as décadas de 1830 e 1840, com o declínio do ciclo do ouro, o povoado foi se transformando em pólo de produção cafeeira, pois dispunha de áreas para cultivo, de mão-de-obra e de um regime fundiário baseado na grande propriedade, o que possibilitava a concentração de terras e rendas nas mãos de um grupo restrito de fazendeiros. Então, a cultura do café contribuiu para a crescente urbanização da região.

Neste mesmo período, o Presidente de Minas nomeou o engenheiro alemão Guilherme Fernando Halfeld para construir a Estrada Nova do Paraibuna, com o intuito de melhorar a comunicação entre Ouro Preto, nesta época capital de Minas Gerais, e a região de divisa com o estado do Rio de Janeiro, na ponte do Paraibuna.

Em 10 anos o arraial do Alto dos Passos, já com 600 famílias, atingiu a categoria de Vila de Santo Antônio do Paraibuna. E, em 02 de maio de 1856, segundo a lei de nº 759, a vila foi elevada a categoria de cidade, com o nome de Cidade do Paraibuna. À época, a população do município

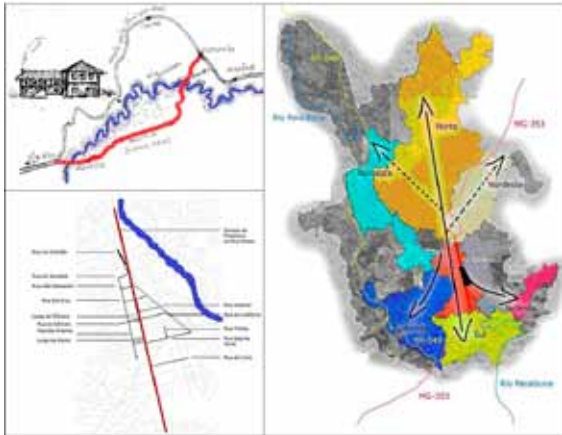


Figura 2. Mapas Caminho Novo e Estrada do Paraibuna; Evolução da malha urbana de Juiz de Fora a partir da Estrada do Paraibuna em 1853; e dos Vetores de Expansão de Juiz de Fora. Fonte: Amaral, 2015.

era de 27.722 habitantes (Junqueira, 2006, p.50).

Em seguida à produção do café, vieram a produção de leite e as indústrias, que trouxeram para o então município de Juiz de Fora um grande desenvolvimento econômico e muitas mudanças na vida da população local. E esse desenvolvimento econômico incentivou a construção de uma outra estrada, a União e Indústria. Tal estrada facilitou o transporte da produção até a Corte, transformando a cidade em um centro de convergência da produção regional de café e em principal núcleo urbano da Zona da Mata de Minas. Partes dela compõem ainda hoje a atual estrada BR135 (Figura 2).

Em 1865 a estrada de ferro chega a Minas. A estação ferroviária de Juiz de Fora e a Estrada de Ferro Dom Pedro II foram inauguradas em um terreno às margens do rio Paraibuna, servindo para reforçar a importância da cidade como entreposto comercial e, também, tornando-se um dos principais centros ferroviários de Minas.

Inicia-se aí o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Segundo Giroletti (1988), no ano de 1877, Juiz de Fora possuía 241 indústrias e 80 estabelecimentos comerciais, em grande parte de fábricas de cerveja, curtumes, empresas de construção, de máquinas agrícolas e de carroças dos imigrantes alemães (Junqueira, 2006).

Em 1889, é inaugurada a Usina Hidroelétrica de Marmelos, a primeira usina hidroelétrica da

América Latina. A inauguração da energia elétrica atraiu mais fábricas e indústrias para Juiz de Fora, incrementando seu desenvolvimento e contribuindo para seu crescimento demográfico. Muitos empresários se mudaram para a cidade nesse período, visando os benefícios da energia. Vinte anos depois da inauguração da energia elétrica, 15 novas fábricas haviam sido instaladas na cidade. E o crescimento industrial continuou, tendo em 1948 um total de 614 empresas em seu parque industrial. (Hargreaves¹, 1971 apud Junqueira, 2006) (Figura 3).

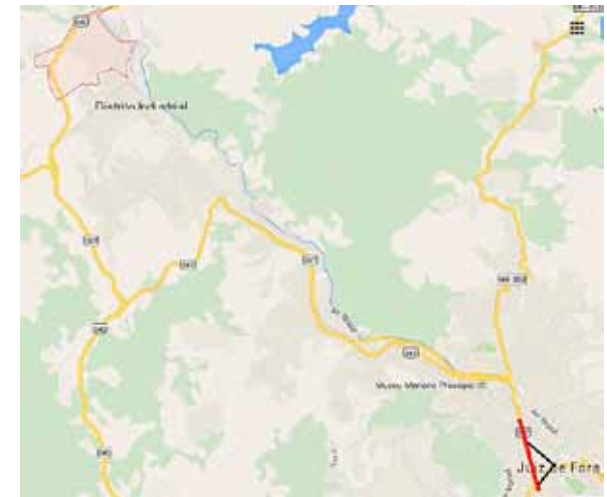


Figura 3. Localização do Distrito Industrial (Zona Norte - onde sempre se concentraram as indústrias na cidade) em Relação ao centro de Juiz de Fora. Fonte: Google. Arte Final: Amaral, 2015.

Desta forma, no final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora era considerada o maior centro urbano-industrial de Minas Gerais e um dos municípios mais prósperos do país. Sua produção era concentrada nos setores

1 HARGREAVES, Henrique José. "A Companhia Mineira de Eletricidade e as possibilidades de Juiz de Fora para a instalação de novas indústrias". In: Revista do IHGJF. Juiz de Fora: UFJF, 6(6): 30-43, 1971

industriais tradicionais, principalmente o têxtil (Bastos, 2000).

A partir da Revolução de 30, a administração municipal de Juiz de Fora passou a ser exercida por um prefeito. Então, várias obras foram realizadas na cidade. Todo controle do uso e ocupação do solo e da construção era regido pelo Código de Obras do Município (1938) que, apenas em 1986, teve editadas novas normas, as Leis sobre Parcelamento (nº 6908/86), edificações (nº 6909/86) e ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (nº 6910/86), que permanecem em vigor até os dias atuais.

É possível perceber que, desde os primórdios até o início do século XX, Juiz de Fora foi se consolidando um importante pólo regional. Primeiramente como principal centro armazenador de café da Zona da Mata e na sequência como centro industrial e prestador de serviços, tornando-se conhecida como *Manchester Mineira*. Este processo se refletiu na expansão do seu espaço urbano e, conseqüentemente, reforçou a importância do setor imobiliário local.

Contudo, a partir de 1930 o crescimento industrial da cidade entrou em desaceleração. Giroletti (1988) aponta três fatores como possíveis razões pelas quais o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora entrou em declínio: primeiro, a transferência de recursos para o Rio de Janeiro, isto é, somente uma pequena parcela do excedente do comércio de importação, da produção, do finan-

ciamento e da exportação do café permanecia em Juiz de Fora, pois a maior parte favorecia o crescimento da cidade do Rio de Janeiro; segundo, a lavoura cafeeira começou a se desenvolver no Oeste Paulista, onde atingiu o máximo de produtividade e rendimento, não tendo, a Zona da Mata, condições de competir com a paulista nem em volume, quantidade e mecanização da produção, nem em número e produtividade dos cafeeiros novos e velhos; e terceiro, a transferência da capital mineira para Belo Horizonte, o que provocou um reordenamento espacial da aplicação de recursos, implicando diretamente no ritmo de desenvolvimento das economias regionais e de seus núcleos industriais.

Depois de 1990

Apenas na década de 1990 que recomeçou um esforço para retomar o desenvolvimento econômico da cidade, através da intensificação do seu *marketing* urbano e sua infraestrutura. Isto é, através da potencialização das qualidades locais e das características sociais e culturais da cidade, tinha o intuito de trazer projetos industriais com desenvolvimento auto-sustentável. Nesse período, mais precisamente em 1996, inicia-se em Juiz de Fora, a instalação da primeira fábrica da montadora alemã Mercedes-Benz no Brasil.

Somado a isso, em 2000 entra em vigor o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (PDDU/JF) e o Plano Estratégico de Juiz

de Fora (Plano JF). Estes têm como um dos seus principais objetivos “consolidar Juiz de Fora como cidade polo da Zona da Mata, melhorando as vias de acesso à cidade, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços que oferece, especialmente nas áreas de educação e saúde” (www.pjf.mg.gov.br/plano/plano.htm. Acesso em 2011).

Assim, a cidade vem passando por projetos de reordenamento e requalificação viária, propostos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/JF) e Plano Estratégico (Plano JF), que anunciam a sua capacidade de estabelecer relações com os municípios de sua micro e mesorregião e de integrar redes na era da globalização.

Este ciclo de intervenções, através de parcerias públicas e privadas, seguem um plano maior de reordenamento viário e primam pela abertura das fronteiras do município. Assume destaque, portanto, a atração de investimentos para a cidade que a dotem de infraestrutura urbana, sobretudo, transportes e telecomunicações, capaz de reforçar sua posição de centro de serviços para toda a região.

Analisando os processos mais relevantes ocorridos neste período, nas escalas urbana e regional de Juiz de Fora, como: os projetos de requalificação viária, a implantação de projetos urbanos de grande impacto, o desenvolvimento de uma nova centralidade na Região Sul do município, a abertura de indústrias (Codeme, Brafer e CBU/Samag

– Metalurgia, AlmaViva – *Call Center*, entre outras), as associações e consórcios firmados entre Juiz de Fora e algumas cidades de sua micro e mesorregião (Barbacena, Guarará, Ibertioga, Lima Duarte, Três Rios, Valença, Barra do Piraí, entre outras) e a implantação de *shopping centers* regionais, é possível afirmar que os espaços públicos do município são o principal campo de ação destes atores.

A representação do mundo globalizado através da ideia de pensar global e agir local funciona como uma espécie de mapa sobre o qual traçam-se planos estratégicos. Nesta forma de planejamento estão depositadas as esperanças das cidades que competem por uma posição nessa reordenação mundial operada pela globalização.

E esses paradigmas sustentam a crença nas estratégias de desenvolvimento local como único caminho possível de sobrevivência e sucesso, dentro da chamada nova economia, marcada pelo empresariamento urbano, como denomina David Harvey. Ou seja, “*pela parceria público-privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico.*” (Harvey, 1996, p.53).

E, de fato, como será exposto a seguir, no que se refere à escala regional, tais planos e projetos

têm facilitado o acesso à cidade para os migrantes que buscam por seus serviços (saúde, educação, comércio e lazer).

Segundo o quadro nacional de delimitação das Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (REGIC), elaborado a partir de pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2007, Juiz de Fora é considerada a quarta maior cidade do estado de Minas Gerais, superada apenas por Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem. Tem como área de influência toda a Zona da Mata, uma pequena parte do Sul de Minas e também do Centro Fluminense, totalizando uma região de influência que abrange 106 municípios (Figura 4).

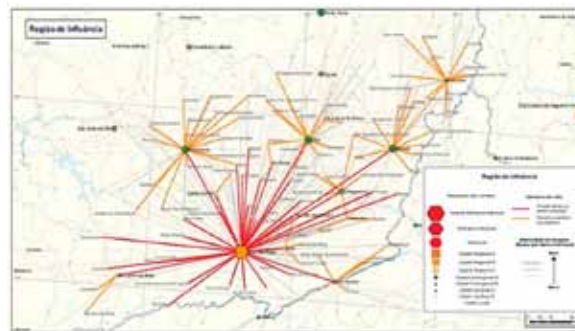


Figura 4. Mapa de Regiões de Influência de Juiz de Fora (MG), Brasil. Fonte: IPEA, IBGE, 2007

A centralidade exercida por Juiz de Fora está intimamente atrelada à localização da cidade dentro da rede urbana nacional. Neste sentido, o con-

junto de relações de Juiz de Fora com sua região demonstra a ligação da cidade, na maior parte das vezes, com as localidades menores, extrapolando sua área para além da divisa estadual. O que demonstra que a interação econômica em sua região desconsidera os limites administrativos do município.

Menezes (2004) afirma que alguns municípios do entorno de Juiz de Fora apresentam um início de conurbação. Para a autora, tal processo se insere na problemática da periferação baseada no empobrecimento, no desemprego, na não requalificação da força de trabalho, agravados pela dificuldade do acesso a terra e por deficiências jurídicas e políticas para legalização de áreas ocupadas; contexto em que os municípios limítrofes a Juiz de Fora se inserem perfeitamente.

Corroborando com a autora, Rodrigues (2013) diz que, segundo os dados da evolução demográfica dos municípios da microrregião de Juiz de Fora desde 1950, fica perceptível em alguns municípios a diminuição da população nas últimas décadas, seja por diminuição da natalidade ou devido a movimentos migratórios de sua população, especialmente jovem, que se desloca para Juiz de Fora em busca, principalmente, de educação e emprego (Figuras 5 e 6).

Neste sentido, faz-se de grande importância a análise da área de influência de Juiz de Fora, para se compreender melhor a configuração da

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2014
Araucária	2904	3340	2825	2665	2400	2086	2058	2040
Belmiro Braga	6649	5745	5328	3933	3975	3427	3403	3500
Bias Fortes	5031	5754	5591	5043	4852	4392	3793	3724
Bicas	8357	10102	10389	10336	11239	12793	13653	14342
Chácara	2522	2659	3514	3057	3267	2170	2792	3050
Chadour	7117	6617	4735	3899	2900	2958	2785	2817
Coronel Pacheco	3252	4637	3925	3300	3162	1900	2083	2101
Decoberto	4438	4801	4443	3899	4083	4531	4748	4989
Limreira da Câmara	2299	2885	3214	2989	3288	3628	3753	3914
Goiana	0	0	0	0	0	3323	3039	3878
Guatubira	2956	3048	2864	2839	3814	4166	3929	3977
Juiz de Fora	114531	168440	238510	307525	380996	450796	516247	550710
Lima Duarte	14651	13771	14579	14333	14641	15708	16149	16786
Mar de Espanha	6073	6718	8905	7907	9710	10547	11249	12480
Muriae	2579	2567	2361	2237	2287	2584	2788	2934
Missão Vinteos	5740	7269	8788	9404	10955	12323	13435	14196
Olinda	2976	2151	2508	2221	2283	2304	1976	1935
Oliveria Fortes	2543	3330	2866	2178	2283	2145	2123	2182
Palma	1940	2018	2143	1653	1416	1622	1558	1587
Pedro Teixeira	1760	1729	1802	1541	1593	1787	1785	1840
Pequeno	2007	2202	2703	2683	2716	3016	3165	3350
Pira	4356	4619	3931	3430	3023	3008	2841	2877
Rio Novo	16426	11445	11039	9191	11179	8540	8712	9032
Rio Preto	9482	9424	9034	8275	7271	5142	5292	5502
Riacho de Minas	2875	2021	1825	1533	1546	1907	2116	2246
Santa B. M. Verde	0	0	0	0	0	2366	2788	3005
Santa Rita do Sapucaí	4299	5361	5050	5365	4064	3847	3583	3611
Santa Rita Jacuina	6207	7010	5408	5134	5122	5218	4993	5072
Santana do Deserto	2635	2828	3393	3265	3417	3774	3860	4006
Santos Dumont	2611	3480	3785	4000	4690	46789	46284	47518
São J. Nepomuceno	16809	17603	18156	17611	21432	23786	25057	26227
Senador Cortes	2993	2494	2096	1754	1847	2000	1888	2046
Sombrio Pereira	3207	3741	2830	2369	2414	2479	2537	2634

Figura 5. Tabela de população residente na microrregião de Juiz de Fora nos anos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2014. Fonte: Rodrigues, 2013, P. 136; IBGE, 2014.

Município	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	2010/2014
Araucária	33,39%	-15,42%	-5,66%	-9,94%	-11,08%	-1,34%	-0,87%
Belmiro Braga	-13,60%	-7,26%	-26,18%	3,07%	-11,79%	-0,70%	2,85%
Bias Fortes	14,37%	-2,83%	-9,80%	-3,79%	-9,48%	-13,64%	-1,82%
Bicas	23,84%	2,84%	-0,53%	8,74%	11,83%	6,79%	5,05%
Chácara	5,43%	10,17%	-13,03%	-9,54%	-27,34%	12,43%	7,91%
Chadour	-7,03%	-28,44%	-17,66%	-23,62%	2,00%	-8,80%	1,15%
Coronel Pacheco	42,59%	-15,35%	-15,92%	-14,51%	-10,82%	2,86%	3,96%
Decoberto	9,55%	-7,98%	-12,66%	4,72%	10,97%	5,27%	4,44%
Limreira da Câmara	20,50%	14,14%	-9,26%	9,94%	9,80%	4,02%	4,29%
Goiana	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,11%	5,93%
Guatubira	4,87%	-7,12%	-1,03%	34,34%	9,23%	-5,09%	1,22%
Juiz de Fora	47,94%	40,76%	28,94%	25,52%	18,34%	13,02%	6,48%
Lima Duarte	-6,01%	5,86%	-1,82%	2,29%	7,29%	2,89%	3,94%
Mar de Espanha	4,74%	-8,34%	-11,17%	22,80%	8,83%	11,19%	6,22%
Muriae	-8,22%	-0,25%	-5,25%	2,24%	11,42%	7,48%	5,24%
Missão Vinteos	26,44%	20,90%	7,03%	18,49%	17,49%	9,02%	5,68%
Olinda	-16,47%	16,60%	-11,44%	2,79%	9,92%	-14,24%	-2,07%
Oliveria Fortes	30,95%	-13,93%	-24,03%	-0,23%	-1,74%	-1,02%	2,78%
Palma	14,33%	-3,38%	-22,87%	-24,34%	14,55%	-1,95%	1,86%
Pedro Teixeira	-1,53%	3,98%	-14,48%	3,37%	17,18%	-0,11%	3,08%
Pequeno	13,37%	15,82%	-0,67%	3,21%	11,05%	4,94%	4,58%
Pira	5,99%	-14,89%	-12,74%	-11,87%	-0,50%	-5,55%	1,27%
Rio Novo	11,67%	-5,20%	-13,32%	16,56%	-21,52%	3,89%	3,67%
Rio Preto	-0,72%	-4,14%	-8,40%	-12,13%	-19,28%	2,50%	3,97%
Riacho de Minas	-17,97%	-10,14%	-17,03%	2,18%	21,35%	10,96%	4,14%
Santa B. M. Verde	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	17,84%	7,78%
Santa Rita do Sapucaí	24,70%	-5,80%	6,24%	-24,25%	-5,34%	-6,86%	0,78%
Santa Rita Jacuina	12,67%	22,92%	39,32%	-22,01%	1,87%	-4,30%	2,46%
Santana do Deserto	8,34%	-8,74%	-9,13%	4,66%	10,45%	2,28%	3,78%
Santos Dumont	20,64%	10,42%	5,32%	12,40%	6,06%	-1,08%	2,75%
São J. Nepomuceno	7,97%	6,41%	-3,00%	23,70%	10,98%	5,34%	4,67%
Senador Cortes	-16,67%	-15,96%	-16,32%	5,30%	8,28%	-5,60%	8,37%
Sombrio Pereira	-15,84%	3,25%	-16,29%	3,90%	2,69%	2,34%	3,82%

Figura 6. Tabela de crescimento demográfico da população na microrregião de Juiz de Fora nos anos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2014; com destaque para as cidades que tiveram um crescimento negativo a partir do ano 2000. Fonte: Rodrigues, 2013, P. 136; IBGE, 2014.

região e a importância dos eixos e das escalas territoriais.

Proposta metodológica

Para se traçar uma proposta metodológica que oriente a investigação no que tange ao recorte espacial, faz-se relevante o desenvolvimento de uma análise que contemple: os espaços meso e microrregional de Juiz de Fora, a partir das informações do REGIC (2007) e IBGE (2010) – região de influência das cidades brasileiras e PIB Per Capta somado ao cadastro central de empresas das cidades mineiras mais populosas, respectivamente -, além de uma sobreposição de indicadores e influências para a delimitação do recorte espacial em si.

Juiz de Fora pertence à Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (IBGE, 2007), uma dentre as 12 que compõem o estado e que, por sua vez, é formada por sete microrregiões que recebem sua denominação a partir do seu centro principal, assim denominadas: Juiz de Fora, Viçosa, Ubá, Cataguases, Muriae, Manhuaçu e Ponte Nova. A Zona da Mata é composta por 142 municípios, distribuídos pela microrregião de Viçosa, que contempla 20 municípios, a de Cataguases com 14, a de Ubá com 17, Muriae 20, Manhuaçu 20, Ponte Nova 18 e Juiz de Fora 33 municípios (Figura 7).

Dos 33 municípios da microrregião de Juiz de Fora, 24 apresentam população inferior a 5.000 pessoas, apenas 2 entre 5.000 e 10.000 e 6 têm



Figura 7. Mapa das Mesorregiões de Minas Gerais, da Mesorregião da Zona da Mata e da Microrregião de Juiz de Fora. Fonte: Rodrigues, 2013, p. 132 e 133. Arte Final: Amaral, 2015.....

população entre 10.000 e 50.000 pessoas, além de Juiz de Fora, com mais de 100.000 habitantes.

Outro ponto relevante é que, para além da sua microrregião, no âmbito estadual, Juiz de Fora é um dos municípios mais populosos e com maior Produto Interno Bruto, mantendo-se na quinta posição no que se refere à participação no PIB e no Valor Adicionado Industrial de Minas Gerais. Contudo, a despeito de sua importância na geração de riqueza oriunda da prestação de serviços, do comércio e das atividades industriais o município não apresenta destaque em termos estaduais (Rodrigues, 2013, p. 120, 121) (Figura 8).

Cidades Médias de Minas Gerais: cadastro central de empresas 2010

Município	Número de unidades locais	Pessoal ocupado Total	Pessoal ocupado (assalariado)	Número de empresas atuantes	Salário médio mensal (salário mínimo)
Uberlândia	25.400	211.104	179.222	24.296	2,7
Juiz de Fora	21.930	185.230	138.012	20.694	2,5
Uberaba	11.067	91.391	77.274	10.619	2,7
Montes Claros	10.862	81.768	69.045	10.401	2,1
Ipatinga	7.823	83.267	73.756	7.481	2,9
Gov. Valadares	7.817	60.039	50.134	7.449	2,0

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ige.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2012.

Figura 8. Tabela do PIB dos municípios mineiros mais populosos fora da Região Metropolitana. Fonte: Rodrigues, 2013, p. 128.

Produto Interno Bruto (mil reais a preços correntes) – 2010

Município	PIB	Impostos e produtos líquidos de tabólicas	%	Valor Adicionado Bruto Indústria	%	Valor Adicionado Bruto Serviços	%	Valor Adicionado Bruto Agropecuária	%
Uberlândia	10.295.904	4.224.002	25,09	4.391.162	29,01	5.250.240	50,05	114.064	2,27
Juiz de Fora	8.314.431	1.133.712	13,63	1.948.254	23,43	6.187.929	82,40	44.363	0,54
Porto Alegre	7.301.600	1.026.116	14,22	3.868.154	49,37	3.409.102	39,32	1.256	0,02
Montecarlo	7.155.214	363.087	5,07	2.130.615	29,91	3.992.376	49,35	551.207	7,71
Montes Claros	4.631.662	473.627	10,20	1.111.347	24,00	2.779.226	57,78	132.268	2,84
C. Valadares	3.344.341	354.736	10,61	904.646	27,05	2.385.316	70,48	45.643	1,40

Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 mai. 2015

Figura 9. Tabela do cadastro de empresas dos municípios mineiros mais populosos fora da Região Metropolitana. Fonte: Rodrigues, 2013, p. 128.

Analisando-se os municípios mineiros mais populosos e não pertencentes à região metropolitana, segundo dados do IBGE (2010): Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares e Ipatinga, e tomando por base o número de empresas cadastradas, número de trabalhadores e riqueza gerada pelo município, Juiz de Fora é considerada a segunda cidade mais importante da Zona da Mata e do estado de Minas Gerais, perdendo apenas para Uberlândia (Figura 9).

No ano de 2007, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa que apontou a delimitação das Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (REGIC), com o intuito de construir um quadro nacional que indica as permanências e as modificações registradas nesta rede no início do Século XXI.

A partir de então, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis e, cada um destes, subdividido em dois ou três subníveis. São eles: Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole); Capital Regional (Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C); Centro Sub-Regional (Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B); Centro de Zona (Centro de Zona A e Centro de Zona B); e Centro Local.

Neste cenário, Juiz de Fora é classificada como Capital Regional B e tem uma região de abrangência de 106 municípios, participantes diretos e indiretos da rede de influências.

Partindo do conhecimento de que as relações intermunicipais e interestaduais caminham juntamente com a apreensão da atual dinâmica de Regiões de Influência, tornando tais relações efêmeras e oscilando de acordo com os interesses que estão em jogo, propõe-se uma metodologia para se chegar ao recorte espacial regional a ser aplicado na pesquisa.

Tal metodologia se baseia na interseção de dois fatores de análise:

- O primeiro, parte da sobreposição dos indicadores de trabalho, educação, saúde, lazer e consórcios, apontados nos dados do REGIC (2007), para a seleção dos municípios que, de alguma forma, participam do desenvolvimento regional de Juiz de Fora, a saber:

- Centros Locais com relação direta e exclusiva, isto é, que não sofrem influência de outras cidades, e que pertençam à microrregião de Juiz de Fora: Aracitaba, Belmiro Braga, Bias Fortes, Chácara, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Lima Duarte, Matias Barbosa, Mar de Espanha, Olaria, Paiva, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto e Simão Pereira.
- Centros Locais da mesorregião da Zona da Mata com relação direta e exclusiva de Juiz de Fora: Guarani, Laranjal e Palma.
- Centros Locais da Mesorregião do Sul/Su-

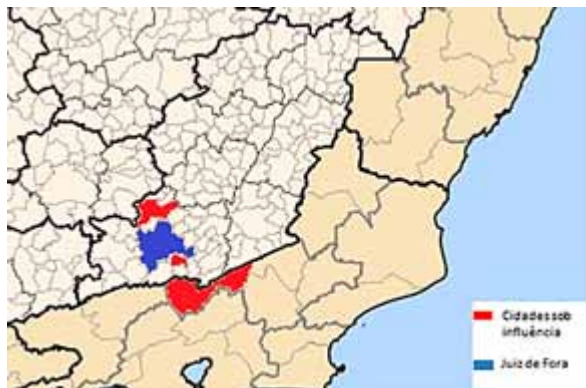


Figura 10. Mapa Zona da Mata e Centro Sul Fluminense. Fonte: WIKIPEDIA (Acesso em Março 2015). Arte final: Amaral, 2015.

deste de Minas Gerais que sofrem influência direta e exclusiva de Juiz de Fora: Andrelândia.

- Centros de Zona B da Microrregião de Juiz de Fora que sofrem influência direta de Juiz de Fora: Bicas, São João Nepomuceno e Santos Dumont.

- Centros de Zona A da mesorregião do Centro Fluminense que sofrem influência direta de Juiz de Fora: Três Rios.

- O segundo, parte da análise destas 29 cidades no que tange a sobreposição dos itens: proximidade entre o município e Juiz de Fora; municípios com população acima de 10.000 habitantes; aqueles com Produto Interno Bruto (PIB) Per Capta mais alto; os com geração de riqueza baseada nos setores indústria, comércio e serviços; e também aqueles que participam do fluxo pendular diário, via transporte rodoviário, até Juiz de Fora.

Desta segunda sobreposição chegamos a 02 municípios da microrregião de Juiz de Fora: Matias Barbosa e Santos Dumont e 01 município da mesorregião do Centro Fluminense: Três Rios, compondo então o recorte espacial do trabalho (Figura 10).

Considerações Finais

A importação de propostas, modelos e instrumentos de planejamento de outros países é fato comum na história do Brasil, não faltando críticas e questionamentos a esse respeito. Sendo elaborados em universos econômicos, políticos

e culturais diferentes, tais concepções não são neutras, na medida em que estruturam relações e representam uma realidade sócio-espacial que projetam uma receita única para realidades completamente diversas (Tasca, 2010).

Em Juiz de Fora, MG, nota-se esse processo através das leis e planos elaborados, que proporcionaram ao longo de sua história a requalificação da cidade, levando conseqüentemente, à valorização da terra e à expansão das fronteiras urbanas.

As dificuldades e limitações históricas para a ação de planejamento democrático na sociedade brasileira e, em Juiz de Fora, foram e continuam sendo palco de debates, revelando as inúmeras limitações à elaboração de propostas alternativas (democráticas e igualitárias).

As bases da formação do projeto de desenvolvimento de Juiz de Fora apontam para uma sobreposição de discursos e projetos. Sob a ideologia do desenvolvimento, as Leis Urbanas (1986), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2000) e o Plano Estratégico (2000), constituíram-se em documentos aplicados em uma parte da cidade obedecendo a um plano maior de reordenamento viário.

É importante ressaltar que este quadro tem provocado movimentos de descentralização e centralização nas escalas intra e interurbanas de Juiz de Fora, promovendo as mencionadas modificações e até rupturas em sua dinâmica urbana e regional.

A partir da elucidação do método anteriormente apresentado, bem como das análises desenvolvidas, este artigo significa uma das possibilidades para se contemplar os registros ocorridos naqueles contextos e temporalidades, ressaltando a nova configuração regional de Juiz de Fora e a dinâmica de sua rede de influências.

Até o momento, percebe-se que a relação estabelecida entre Juiz de Fora e os municípios de Matias Barbosa e Santos Dumont difere daquela consolidada com as cidades com menor número de habitantes. Enquanto estas últimas, em sua maioria, portam-se como cidades dormitório, tendo em Juiz de Fora o seu centro de serviços e trabalho, Matias Barbosa e Santos Dumont apresentam crescimento populacional e econômico expressivo e um setor de serviços e indústrias bem desenvolvido, demonstrando assim um particular vínculo com Juiz de Fora.

No que se refere à cidade de Três Rios, localizada na Mesorregião do Centro Fluminense, o interesse também se volta para a relação influência-competição ditada pelas leis de incentivo fiscal adotadas nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Entender como estes processos e relações se dão, frente as ações do poder público municipal de Juiz de Fora, bem como a apreensão do PDDU/JF, que passa por revisão, será de grande importância para que, então, desenvolva-se a ar-

ticulação de escalas necessária ao entendimento da realidade juiz-forana.

Referências

ARAUJO, Mayara Mychella Sena; MOURA, Rosa, DIAS, Patrícia Chame. “Cidades médias uma categoria em discussão”. In: PEREIRA, R. H. M. (Org.); FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. 1. ed. Brasília: Ipea, v.1. 490p, 2011.

ARRAIS, Tadeu Alencar. “A cidade e a região / a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas”. In: **Cadernos Metrópole 20**, p. 81 – 91, 2008. Disponível em: <http://cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm20_135.pdf>. Acesso em: 2010.

Suzana Quinet de Andrade. **Estratégia Locacional da Indústria Automobilística: o caso da Mercedes-Benz em Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Editora Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

COUTINHO, Luciano. “O desafio urbano regional na construção de um projeto de nação”. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos

Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (Orgs). **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões**. O Desafio Urbano-Regional. São Paulo: Anpur/Editora da Unesp, 2003.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio" In: **Revista Espaço e Debates**, no. 39, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JUNQUEIRA, Patrícia Tomé. **De Cidade a Centralidade: A formação dos centros e o processo de descentralização nas cidades de médio porte, o caso de Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> (Acessos: 2010 e 2014).

MACHADO, Pedro José de Oliveira. A contagem da população 2007 e a demografia da microrregião de Juiz de Fora. **Revista virtú**, 2º semestre 2007. Disponível em: <www.ufjf.br/virtu/fi

[les/2010/05/artigo-6-a-8.pdf](http://www.ufjf.br/virtu/fi/les/2010/05/artigo-6-a-8.pdf)>. Acesso em 2015.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Aeroporto regional e business park: logística e negócios na geografia urbano regional de Juiz de Fora, Brasil. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, vol.8, nº170, 2004.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora**. PJF Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

_____. **Código de Obras** (Decreto Lei n. 23 de 06 de setembro de 1938). Eng. José Márcio L. Guedes. Juiz de Fora: Editora Mineira S/A, 1938.

_____. **Plano Estratégico da Cidade de Juiz de Fora**. PlanoJF. Relatório Final. Consórcio Mantenedor, Juiz de Fora, 2000.

_____. Atlas social de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 2012.

RODRIGUES, Andréia de Souza Ribeiro. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: Dinâmicas imobiliárias e novas centralidades**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: PPGEU/UFMG, 2013.

TASCA. Luciane. **As contradições e complementaridades nas leis urbanas de Juiz de**

Fora. Dos planos aos projetos de intervenção.
Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

TASCHNER, Suzana P. “Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90”.
In: **Espaço & Debates**, n. 36, pp. 77-90, 1992. ■